

**AO JUÍZO DE DIREITO DA XXXXXXXXXXXXXXXX VARA CÍVEL  
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXX/DF.**

**Autos n.º XXXXXXXXXXXXXXXX**

**A CURADORIA ESPECIAL**, função institucional da Defensoria Pública do Distrito Federal (art. 4º, VI da Lei Complementar 80/94), na defesa dos interesses **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, já qualificada nos autos em epígrafe, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal - Núcleo de Sobradinho, como curadora especial do Requerido**, nos termos do art. 4º, XVI, da Lei Complementar nº 80/1994, apresentar a tempestiva

**CONTESTAÇÃO**

à ação ajuizada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, também qualificada nos autos, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

**I - RESUMO DA LIDE**

A autora narra, em síntese, que:

- a) após anunciar veículo de sua propriedade, recebeu a visita de dois homens interessados no veículo e que, após estes terem informado do depósito da quantia

em sua conta por meio de cheque, o que fora registrado em seu extrato, que promovera a entrega do bem a eles, preenchendo o DUT em nome da ora Ré;

b) que este cheque não foi compensado em sua conta por ser objeto de fraude;

c) que imagina que a Ré, mesmo não tendo participado da negociação, seja parte da quadrilha, pois o DUT foi preenchido em seu nome;

d) que não ficou com cópia do DUT.

É o que importa relatar.

## II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS

### A) DA NULIDADE DA CITAÇÃO

A requerida fora citada por edital (ID XXXXXXXXXXXX).

Nos termos do que impõe o Código de Processo Civil, a citação por edital deve ocorrer nas seguintes situações:

Art. 256. A citação por edital será feita:

I - quando desconhecido ou incerto o citando;

**II - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando;**

III - nos casos expressos em lei.

§ 1º Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.

§ 2º No caso de ser inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a notícia de sua citação será divulgada também pelo rádio, se na comarca houver emissora de radiodifusão.

§ 3º **O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos**

---

**cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.**

Ocorre que **não houve nenhuma diligência para localização da Ré, tendo este juízo, inclusive, indeferido pedido formulado pela autora (IDXXXXXXXXX) para expedição de ofício à concessionárias de telefonia (ID XXXXXX).**

Logo, **nula é a presente citação editalícia conforme entendimento pacificado da jurisprudência pátria**, como se verifica nos julgados abaixo colacionados:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA. **CITAÇÃO POR EDITAL. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS POSSIBILIDADES DE LOCALIZAÇÃO DO RÉU.** DECISÃO MANTIDA.

**Não sendo o Réu localizado no endereço fornecido pelo Autor, caberá a este promover todas as diligências necessárias no sentido de localizar o citando, haja vista que a citação por edital somente tem lugar após a comprovação de que foram esgotados todos os meios para localizá-lo.**

Agravo de Instrumento desprovido. (Acórdão n. 593920, 20120020068496AGI, Relator ANGELO PASSARELI, 5ª Turma Cível, julgado em 06/06/2012, DJ 11/06/2012 p. 173);

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. AGRAVO RETIDO. **CITAÇÃO POR EDITAL. REQUISITOS LEGAIS. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS.** AUSÊNCIA DE PROVA. EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO DA CAUSA. ENDEREÇO DESATUALIZADO.

**1. A despeito de Código de Processo Civil prever a citação por edital, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontra a parte ré, tal modalidade citatória somente tem lugar depois de envidados todos os esforços para a localização do réu, sob pena de acarretar cerceamento de defesa.**

**2. Inexistentes provas de diligências em busca da localização da parte executada, mostra-se prematuro deferir-se citação por edital.**

**3. Cabe ao exequente manter seu endereço atualizado nos autos para efeito de intimação. Assim, mesmo frustrada a intimação pessoal a que alude o art. 267, § 1º, do CPC, por não ter sido a parte localizada no endereço fornecido, afigura-se possível a extinção do**

---

feito em face do abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias. Precedentes. 4. Agravo Retido e Apelação não providos. (Acórdão n. 577206, 20060111308630APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 74);

**AÇÃO CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DÍVIDA EM CHEQUE. CREDOR NÃO LOCALIZADO. CITAÇÃO POR EDITAL. ESGOTAMENTO DOS MEIOS DISPONÍVEIS. NECESSIDADE DE PESQUISA EM ÓRGÃO PÚBLICOS E PRIVADOS CATALOGADORES DE ENDEREÇOS.**

I - A citação por edital é medida de exceção, assim sendo, na ação de consignação em pagamento que busca a quitação de dívida oriunda da emissão de cheque sem provisão de saldo compete ao autor/devedor diligenciar junto à instituição bancária onde o portador do título movimentava sua conta, na tentativa de localizar o seu paradeiro. Frustrada tal diligência, o autor deverá requerer a expedição de ofícios aos órgãos estatais visando localizar o endereço do réu. **Deste modo, somente após o esgotamento tais meios é que se pode realizar a citação por edital.**

II - Recurso provido. (Acórdão n. 576266, 20090111868893APC, Relator SILVA LEMOS, 1ª Turma Cível, julgado em 21/03/2012, DJ 02/04/2012 p. 135).

## **B) DA ILEGITIMIDADE PASSIVA**

Conforme **asseverado pela própria autora em sua inicial, a Ré não teria participado das negociações**, sendo que sua inserção no polo passivo teria decorrido apenas do fato de **seu nome ter sido pretensamente preenchido no DUT do veículo**.

Ocorre que **a autora reconhece também que não ficara com cópia do DUT** de modo que **não há absolutamente nenhum elemento de prova que ateste a participação da Requerida na fraude narrada na inicial**,

Ademais, ***ad argumentadum tantum***, **ainda que houvesse prova da inserção do nome da Ré no DUT, seu nome obviamente utilizado de forma indevida pelos dois homens**

---

**que intermediaram a negociação narrada pela autora, já que estelionatários, evidentemente, não usam seus próprios nomes para a prática de ilícitos.**

Há que se destacar, ainda, que o Boletim de Ocorrência colacionado aos autos também não se constitui elemento de prova hábil a justificar a inserção da Ré no polo passivo, na medida em que este apenas registra a versão fática da autora.

Assim, **caberia à Autora ter buscado a reparação de seus danos por meio da cobrança judicial do cheque dado em pagamento e que se encontra em seu poder (ID 29135485), até porque não há elemento algum que indique que este fora objeto de fraude, como alegado.**

Assim, **o indeferimento da inicial é medida que se impõe**, nos termos do art. 300 do CPC, *verbis*:

Art. 330. A **petição inicial** será indeferida quando:  
[...]  
II - **a parte for manifestamente ilegítima;**

## **B) DO MÉRITO**

Quanto ao mérito, a Curadoria Especial vem **contestar por negativa geral** os fatos articulados na exordial, com fundamento no art. 341, parágrafo único, do CPC, de sorte a manter controvertidos os fatos, recaindo sobre a parte autora todo o ônus da prova. Dessa maneira, **impugnam-se todos os fatos articulados na exordial, bem como os documentos unilateralmente colacionados.**

## **III - CONCLUSÃO**

---

Por todo o exposto, requer:

- a) Que seja reconhecida **a nulidade da citação editalícia**, de modo que esta seja precedida de diligências para localização da Ré;
- b) que seja **indeferida a inicial, ante a manifesta ilegitimidade da Ré** para figura no polo passivo desta ação;
- c) Caso assim não entenda esse juízo, requer subsidiariamente a concessão dos **benefícios da Justiça Gratuita** em favor da parte indicada, face à sua incapacidade de custear o processo;
- d) que seja julgado improcedente *in totum* o pedido pleiteado na exordial, bem como a extinção da presente ação com resolução de mérito com fulcro no art. 487, I do CPC;

a) seja condenada a Autora nas custas e honorários advocatícios, estes no valor de 20% sobre o valor da causa, a serem revertidos ao Fundo do PRODEF (art. 3º, inciso I da Lei Complementar 744, 04/12/2007), por meio de depósito na conta bancária: Banco BRB (070), agência 0100, Conta 13251-7.

Requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial pelo depoimento pessoal da autora, sob pena de confessa.

XXXXXXXXXXXX - DF, XX de XXXXXXXX de XXXX.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL